

<b>Conselho Superior Acadêmico</b>	<b>Processo: N° 23118.000054/2000-61</b>
<b>Assunto:</b> Proroma de Graduação para Polícia Militar – PGPM/RO	
<b>Interessado:</b> Profª Uda de Mello França	
<b>Relator(a):</b> Zenildo Gomes da Silva	
<b>Câmara:</b> Ensino	<b>Parecer:</b> 035/CEN

#### I - Relatório:

Trata-se o presente processo de um projeto em que consiste três aspectos: Programa de Graduação, Pós-graduação e reestruturação do Curso de Formação de Oficiais – CFO.

Precede nesses autos processual despacho proferido da Profª Walterlina Barboza Brasil, nas Fls. 72, do referido processo, bem como, a necessidade de desmembrar os cursos por níveis, respeitando graduação e pós-graduação, o que foi feito pela projetista, conforme processo sob nº 23118.000.650/2000-41, separando o curso de Pós-Graduação, o qual foi devidamente aprovado pela Câmara de Ensino, em reunião realizada no dia 14/04/00

A justificativa apresentada nas Fls. 04 e 05, consta aspectos de suma relevância, de toda ordem, como: acadêmica, social, política e acadêmica, os quais estão inseridos no papel da UNIR.

#### I- Análise:

1. Considerando o que precede nesses autos processuais sob nº 23118.000054/2000-61, no que diz respeito tão-somente aos cursos de economia e administração, devendo a projetista, Profª Uda, se manifestar quanto a inclusão da proposta do coordenador do Curso de Ciências Contábeis.
2. Considerando despacho proferido da profª Walterlina Barboza Brasil, nas Fls. 72 (cópia anexo), do referido processo, bem como, a necessidade de desmembrar os cursos por níveis, respeitando graduação e pós-graduação, o que foi feito pela projetista, conforme processo sob nº 23118.000.650/2000-41.
3. Considerando a justificativa de Fls. 04 e 05 que apresenta aspectos de suma relevância, tanto de ordem acadêmica como social, os quais estão inseridos nos preciosos fins de uma Universidade, especificamente, da UNIR que diz entre outros OBJETIVOS o seguinte:

*"I – FORMAR PROFISSIONAIS que atendam aos interesses da região Amazônica (grifo nosso);*

*II – ....*

*III – Aplicar-se ao estudo da realidade brasileira e amazônica, em BUSCA DE SOLUÇÕES para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da Região (grifo nosso)"*

Estatuto da UNIR. Art. 4º

4. Em síntese, os pressupostos fundamentais que ampara a realização do presente programa de graduação consistem: (1) a Polícia Militar do Estado de Rondônia encontra-se em processo de mudanças, adaptando-se aos modelos estruturais do mundo moderno, aperfeiçoando tanto os aspectos repressivos como educativos e, para isso é necessária uma nova consciência de seus policiais, que só poderá ser adquirida através da educação; (2) Como o momento é de mudanças, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) encontra-se muito aquém da realidade, sendo carecedor de alterações para adequá-lo às inovações da atual realidade social, econômica, cultural e política do Brasil e da Região, proporcionando uma capacitação melhor ao futuro oficial para o exercício das atividades inerentes às suas funções; (3) Nivelamento da formação acadêmica do quadro efetivo da polícia militar em relação aos novos ingressos oriundos da CFO, coibindo desde do nascedouro conflitos internos hierárquicos pela existência de níveis diversos e diferenciados face as patentes. (4) O CFO prioriza disciplinas correlacionadas com o Curso de Direito, numa linha voltada para o campo da polícia, que bifurca-se em duas áreas: interna ( administrativa e financeira) e externa (segurança pública). A primeira apresenta um quadro considerável e carece de especificidade nas áreas de administração e economia, enquanto a segunda envolve especificamente a área do direito,



que o próprio CFO poderá suprir tal carência.

5. Em virtude da necessidade de qualificar os recursos humanos para o novo CFO , o curso de especialização em segurança pública foi desmembrado conforme processo sob nº 23118.000.650/2000-41.
6. Considerando que a carga horária é compatível com múltiplo de 20, atendendo as novas orientações do Conselho Federal de Ensino, conforme apresenta-se na grade curricular para os cursos de ciências econômicas e administração Fls. 77 a 84 e 86 a 97.
7. Considerando que a UNIR no exercício da sua autonomia didático-científica, baseada na tradição acadêmica universal, exercida pelo CONSEA, poderá estabelecer programas, fixando os currículos em conformidade com as diretrizes gerais pertinentes e o número de vagas de acordo com a sua capacidade institucional e as exigências do meio.
8. Considerando que referida permissibilidade encontra-se consagrada na Constituição Federal no art. 207 e LDB arts. 44, 53 e 54 que *in verbis*:

### Constituição Federal

“Art. 207. As universidades **gozam de autonomia didático-científica**, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão”.

### LDB

“**Art. 44 - A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas**”:

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

**II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;**

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.”

“**Art. 53 - No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições**”:

I - **criar**, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e **programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino,**

**II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;**

III - ...

**IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;**

V - ...

VI - ...

**VII - firmar contratos, acordos e convênios;**

VIII - ...

IX - ...

X - ...

**Parágrafo único** Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, **cabará aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:**

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;



- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

O Conselho Nacional de Educação, dentre outras manifestações, sobre a matéria em epígrafe diz que:

“A Lei atribui aos colegiados de ensino e pesquisa das universidades – sempre dentro dos recursos orçamentários disponíveis - a competência para deliberar a **respeito de cada uma e do conjunto de matérias que são essenciais para a vida acadêmica da instituição**.

Tal competência, **na letra do artigo, é limitada apenas pelos recursos orçamentários disponíveis; no seu espírito, pelos princípios da educação nacional, demais dispositivos legais pertinentes e os fins da instituição, conforme os respectivos estatutos**

Os órgãos colegiados de ensino e pesquisa têm, portanto, plena autonomia para deliberar a respeito da matéria em epígrafe. Mais ainda, determina a Lei que esses órgãos colegiados com tal competência deliberativa são os instrumentos por excelência **para garantir a autonomia didático-científica das universidades**.

Assim, dispõe a LDB que uma universidade só pode ser entendida enquanto tal se **sua autonomia estiver assegurada por colegiados de ensino e pesquisa que livremente deliberem a respeito das matérias referidas no parágrafo único do art. 53.**

Esses colegiados, certamente guiados por princípios acadêmicos e profissionais resultantes da adequada qualificação de seus integrantes, **têm como únicas restrições à sua competência deliberativa quanto aquelas matérias as limitações orçamentárias da instituição**, os princípios da educação nacional, os demais dispositivos legais pertinentes e os fins da universidade.

A autonomia de uma universidade **não está nem nas mãos do Estado**, que instituiu e credenciou uma universidade pública, **nem nas mãos da mantenedora**, que instituiu uma universidade privada credenciada pelo Estado, mas nas mãos do anseio da sociedade

**A autonomia didático-científica**, inerente à universidade, nos termos do espírito da nova LDB **é outorgada pela sociedade à instituição e exercida por órgãos colegiados de ensino e pesquisa**. A tais colegiados, compostos, majoritariamente, por representantes do corpo docente qualificado. A **sociedade delegou a direção acadêmica das instituições, com seu acompanhamento e avaliação pelo Poder Público.**”

**Isto posto pode-se afirmar que a autonomia didático-acadêmica é plena.**

9. Pela impossibilidade orçamentária da UNIR em proporcionar os referidos cursos, contará com a Fundação Riomar e a Polícia Militar, visando operacionalizá-los nos aspectos administrativos e financeiros, ficando a cargo do Núcleo de Ciências Sociais a responsabilidade acadêmica. Com essas parcerias a UNIR ampliará sua capacidade institucional, sem disponibilizar recursos ou dotações orçamentárias. Pelo contrário, receberá recursos para viabilizar outros programas.
10. No art. 44 e seus incisos permite tanto cursos quanto programas de graduação, desde que seja aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo. Portanto, o fato da UNIR oferece um programa de graduação é legal, desde que seja observada a condição da escolaridade dos candidatos e de processo seletivo para os mesmos, além de outras pertinentes que são: currículos, fixação de vagas, capacidade institucional e as exigências do meio e, outras do respectivo sistema de ensino, em que trata de normas e orientações no aspecto estritamente acadêmico.  
É importante ressaltar que o fato de ser um programa as vagas são fixadas e não criadas, portanto extintas ao término do mesmo.
11. As vagas serão fixadas e finitas, o que significa que não são novas vagas, mas vagas específicas para



o programa.

12. Considerando que programa atenderá as mesmas grades curriculares dos cursos de economia e administração, logo os conteúdos programas das disciplinas serão os mesmos.
13. Os ementários serão os mesmos do curso de graduação regular.
14. Quanto ao calendário acadêmico será estabelecido posteriormente pelo Núcleo de Ciências Sociais e a coordenação dos referidos cursos.
15. Quanto ao registro e controle acadêmico atenderá aos mesmos procedimentos dos cursos regulares.

### III – Parecer:

Por todo o exposto,

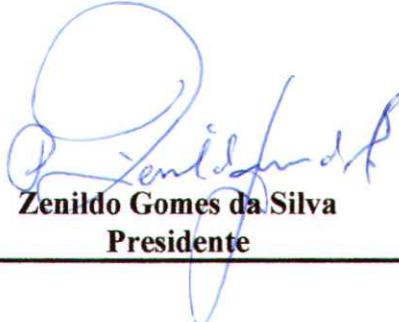
**Somos favoráveis** à implantação do Programa de Graduação da Polícia Militar – PGPM/RO, devendo proceder ao processo seletivo com a urgência que o caso requer.

  
**Zenildo Gomes da Silva**  
Relator

### IV - Parecer da Câmara:

No curso de Formação de oficiais será incluída a disciplina Direitos Humanos – 60 horas. Deve ser oferecida esta mesma disciplina como optativa no curso de Administração.

Aprovamos o Edital pelo fato da população ser circunscrita aos policiais militares, Processo Seletivo Simplificado..

  
**Zenildo Gomes da Silva**  
Presidente

### V - Parecer da Presidência:

Homologou a conclusão da Câmara.

  
**Miguel Nenevé**  
Vice-Presidente